



CNPJ nº 33.069.766/0001-81
NIRE 33300025111
Companhia Aberta

**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA
BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2006.**

Aos vinte dias do mês de março de 2006, às 09.00 (nove) horas, reuniram-se na sede da Sociedade, na Rua Francisco Eugênio, nº 329, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, os membros do Conselho de Administração da COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA, abaixo assinados. Assumiu a presidência da reunião, o Presidente do Conselho de Administração, JOÃO PEDRO GOUVÊA VIEIRA FILHO que, declarando estar preenchido o "quorum" estatutário, convidou o Conselheiro SÉRGIO SILVEIRA SARAIVA para servir de Secretário. O Sr. Presidente esclareceu que a reunião estava se realizando para que o Conselho de Administração deliberasse sobre as condições das debêntures da 1ª emissão da Companhia, para distribuição pública ("Debêntures"), de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos da competência delegada pelos acionistas na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 22 de fevereiro de 2006 ("Assembleia Geral"). Colocada em discussão a matéria, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade, aprovar as seguintes características e condições para as Debêntures: (a) Prazo e Vencimento: as Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir de 01 de Abril de 2006 ("Data de Emissão"), com vencimento em 01 de Abril de 2011 ("Data de Vencimento"); (b) Amortização: O Valor Nominal Unitário será pago em três parcelas de igual valor, a primeira a ser paga em 01 de Abril de 2009, a segunda em 01 de Abril de 2010 e a terceira na Data de Vencimento; (c) Resgate: não haverá resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures nos termos do artigo 55 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; (d) Remuneração: as Debêntures farão jus a remuneração que será definida em procedimento de *bookbuilding* a ser realizado pelas instituições financeiras contratadas pela Companhia para atuar como coordenadores da distribuição pública das Debêntures, a qual... consistirá em um percentual da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos... Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela Câmara de... Custódia e Liquidação - CETIP ("CETIP"), base 252 dias úteis, expressa na forma percentual por... ano ("Remuneração"); (e) Pagamento da Remuneração: os valores relativos à Remuneração das... Debêntures serão pagos semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro... pagamento em 01 de Outubro de 2006 e o último, na Data de Vencimento; (f) Prazo e Forma de... Integralização: as Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato... da subscrição; (g) Preço de Subscrição: as Debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal...

Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga

Rua Francisco Eugênio, 329
CEP 20941-900 Rio de Janeiro RJ
Tel: (21) 2574-6856
www.ipiranga.com.br

unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização; (h) Colocação: as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos, operacionalizado pela CETIP e do Sistema de Negociação BOVESPA FIX, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, observados, neste último caso, os procedimentos de compensação e liquidação da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC; (i) Vencimento Antecipado das Debêntures: serão considerados eventos de vencimento antecipado das Debêntures quaisquer das seguintes hipóteses: (I) mudança de controle acionário indireto da Companhia. Por controle acionário indireto entende-se a capacidade de os atuais controladores indiretos da Companhia: (A) elegerem a maioria dos membros do conselho de administração e/ou indicar os diretores da Companhia e (B) exercerem o controle da Companhia, inclusive com preponderância nas deliberações de Assembleia Geral da Companhia; (II) cisão, fusão ou incorporação, ou outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas) e/ou seus controladores (diretos ou indiretos), excetuadas as operações que ocorrerem entre ou com quaisquer das Empresas Petróleo Ipiranga, e desde que não haja alteração do atual controle indireto da Companhia, sendo entendidas como Empresas Petróleo Ipiranga a Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S/A, a Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A e suas controladas e coligadas; (III) falta de pagamento de qualquer valor devido em relação às Debêntures, nos termos que venham a ser estabelecidos na escritura de emissão das Debêntures; (IV) protestos legítimos de títulos contra a Companhia e/ou sua controladora direta, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou agregado inadimplido ultrapasse R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços – Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência do protesto, a Companhia tiver comprovado que o protesto (A) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (B) foi cancelado ou susinado, (C) teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial ou (D) o valor do título protestado foi depositado em juízo; (V) pedido de auto-falência, início de procedimento de recuperação judicial ou extra-judicial ou qualquer procedimento análogo, judicial ou extrajudicial, pela Companhia e/ou por sua controladora direta ou por quaisquer sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (VI) liquidação ou decretação de falência da Companhia, de sua controladora direta ou de quaisquer sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (VII) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária conforme seja estabelecido na escritura de emissão das Debêntures, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data do recebimento pela Companhia de notificação do agente fiduciário, nesse sentido; (VIII) falta de pagamento de qualquer dívida da Companhia e/ou de sua controladora direta e/ou de quaisquer sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, de valor superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do vencimento de tal dívida, o inadimplemento for sanado, ou a dívida for objeto de contestação legítima e de boa-fé (e para a qual adequadas providências

Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga

Rua Francisco Eugênio, 123
CEP 20911-400 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 2574-5253
www.ipiranga.com.br




convêlveis tenham sido constituídas) por parte da Companhia e/ou sua controladora direta e/ou quaisquer sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia. Para fins desta alínea entende-se por dívida toda e qualquer obrigação pecuniária exigível, incluindo sem limitação, aquelas decorrentes de contratos financeiros, contratos civis, contratos comerciais, decisões judiciais, administrativas e/ou arbitrais, indenizações, multas e penalidades, entre outras; (ix) redução do capital social da Companhia e/ou alteração do Estatuto Social da Companhia que implique a concessão do direito de retirada aos acionistas da Companhia em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, substancialmente o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia previstas na escritura de emissão das Debêntures; (x) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Companhia na escritura de emissão das Debêntures e em qualquer outro documento relativo à Emissão, ou de qualquer informação constante do prospecto; (xi) qualquer alteração da atividade principal da Companhia, ou seja, caso a Companhia deixe de operar na distribuição de combustíveis; e (xii) não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros, nos termos que venham a ser definidos na escritura de emissão das Debêntures. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada é assinada por todos os Conselheiros presentes.

Ass.: JOÃO PEDRO GOUVÊA VIEIRA FILHO
SÉRGIO SILVEIRA SARAIVA
CARLOS ALBERTO MARTINS BASTOS
SOLON BRANDI SASTRE
ÂNGELO BASTOS TELLECHEA
JOSÉ LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR

Certifico que a presente é cópia fiel do original transcrito no "Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração".

COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA


Sérgio Roberto Weyne Ferreira da Costa
- Diretor Jurídico (OAB/RJ 45.687) -

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA	
Nº: 1.313.0021511	
Protocolo: 00.000.000.000.000 - 27/03/2005	
CERTIFICADO DE REGISTRO EM	DATA: 04/04/2005
F. G. REGISTRO 00001597600	
DATA: 04/04/2005	
Valeria Costa Serra SECRETARIA	

Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga

Rua Francisco Eugênio, 329
CEP 20941-800 Rio de Janeiro, RJ
Tel. (21) 2574-0858
www.ibras.com.br